

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

ESTRESSE OCUPACIONAL EM TRABALHADORES DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA, BRASIL, SEGUNDO RAÇA/ COR DA PELE

Eva Carneiro Silva Passos¹; Tânia Maria de Araújo²

1. Enfermeira, ex-bolsista PROBIC/ UEFS, email: evacspassos@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: araujo.tania@terra.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Estresse Ocupacional, saúde mental, raça/ cor da pele

INTRODUÇÃO

O estudo das temáticas saúde mental e saúde do trabalhador com foco no diferencial de raça/ cor da pele abarca, dentre outros aspectos, considerações sobre o contexto do trabalho na vida do ser humano, suas características sociais e finalidade. Dessa maneira é possível compreender as razões para se estudar fatores de estresse ocupacional e os reflexos desses efeitos até mesmo na vida em comunidade. Com base nisso, esse estudo objetivou avaliar os níveis de estresse ocupacional em trabalhadores segundo raça/ cor da pele.

O trabalho é um mecanismo inerente ao ser humano, utilizado para desenvolvimento de sua espécie e construção de sua identidade social (Gonçalves, 1988). Esse sentido do trabalho, todavia, tem-se perdido na globalização, que tem trazido consigo desordenadas mudanças nas organizações do trabalho, como industrialização crescente, danos ao meio ambiente, crises políticas e financeiras, entrada de inúmeras tecnologias, e até mesmo modificações nos sistemas de valores éticos. Nesse contexto, o trabalhador se vê altamente exigido, tendo que equiparar sua velocidade cognitiva à produção, às suas necessidades financeiras e das empresas (Lancman & Laerte, 2008).

Esse estudo destaca a variável raça/ cor da pele, pois dentre outros aspectos geradores de sofrimento psíquico associado ao trabalho (estresse ocupacional) estão as oportunidades desiguais no trabalho e discriminação racial. A esse estresse ocupacional, o transtorno mental comum (TMC) está intimamente relacionado, consistindo-se em um conjunto de sintomas (como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas) que subsiste a algumas doenças mentais graves, sendo a ele atribuída significativa taxa de absenteísmo no trabalho e insatisfação (Goldberg & Huxley, 1992; Ludermir, 2005).

Auxiliando a avaliação do estresse ocupacional, a análise da demanda psicológica dos trabalhadores é viável sob o uso do Modelo Demanda Controle (MDC) que abrange a autoridade decisória no ambiente de trabalho, e aspectos relativos à utilização de habilidades e criatividade na realização das tarefas (Delgado, 2004).

Diante do exposto pode-se considerar a estreita relação entre desigualdades raciais, psicodinâmica do trabalho, e sofrimento psíquico que trabalhadores experimentam, integrando assim um grupo de exposição para TMC e estresse ocupacional.

METODOLOGIA

Realizou-se estudo de corte transversal, incluindo uma amostra representativa da população residente na zona urbana de Feira de Santana, com 15 anos ou mais de idade, selecionada aleatoriamente. A definição dessa amostra foi feita a partir de dados disponíveis no Núcleo de Epidemiologia, da Universidade Estadual de Feira de Santana, que realizou no ano de 2002 um inquérito domiciliar para obtenção de estimativas de prevalência de TMC.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

Foram utilizados dois instrumentos de pesquisa – uma ficha domiciliar e um questionário individual – para a construção de um banco de dados a partir do programa *Statistical Package for the Sciences* (SPSS), versão 10.0 para Windows.

Os grupos de raça/ cor da pele comparados foram negros e não negros, constituindo uma recategorização daquelas trazidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): brancos, amarelos, de origem indígena e negros (incluindo pardos e pretos).

Estudaram-se 3597 indivíduos, sendo 1273 trabalhadores. A análise descritiva incluiu características sociodemográficas e do trabalho. Já as análises estatísticas foram realizadas no programa EpiInfo versão 6.0, contemplando níveis de estresse ocupacional, de acordo com o MDC e prevalências de TMC entre os trabalhadores segundo raça/ cor da pele.

Os níveis de estresse ocupacional foram avaliados pelo *Job Content Questionnaire* (JCQ), modelo de mensuração de níveis de estresse ocupacional, conforme níveis de demanda e controle (1= baixo(a); 2= médio(a)-baixo(a); 3= médio(a)-alto(a); 4= alto (a) controle/ demanda sobre o próprio trabalho). Para análise da situação de saúde mental utilizou-se o instrumento de *screening* recomendado pela OMS, o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), com ponto de corte de 7 ou mais respostas positivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos indivíduos estudados, 1.020 (80,76%) se auto-referiram como negros. As características sociodemográficas apontam para uma população majoritariamente afro-descendente, feminina e de classe socioeconômica baixa. Muitos dados demonstram similaridade nos perfis de negros e não negros. Porém, houve diferenças importantes quanto ao nível de escolaridade e renda mensal.

A faixa etária predominante foi de 30 a 49 anos de idade nos dois grupos. Percebeu-se a diferença de percentual de 4,1% quando comparadas as porcentagens de negros e não negros que passaram dos 50 anos. Este achado pode sinalizar uma maior expectativa de vida entre não negros, e/ou uma maior vulnerabilidade dos negros às diversas *causas mortis* como evidenciado por estudos na área (Lopes, 2003; Lopes, 2004; Volochko, 2005).

Sobre a situação conjugal nota-se uma discreta diferença na constituição do número de casados ou em união estável: 56,4% dos não negros e 52,4% dos negros. As demais categorias analisadas foram similares.

A escolaridade indicou um número expressivo de indivíduos no Ensino Médio tanto negros como não negros com percentuais similares. No ensino superior notou-se que os não negros se fizeram mais presentes 2 vezes mais que os negros. Enfatiza-se ainda a existência de trabalhadores que nunca foram à escola ou apenas leem e escrevem, havendo também diferença entre negros (2,0%) e não negros (0,8%). Os efeitos disso são formações incipientes, e no mercado de trabalho, cargos mais técnicos, salários mais baixos ou até mesmo o desemprego, dando continuidade ao ciclo das desigualdades sociais (Reis *et al*, 2005). Baixa escolaridade tem sido constantemente apontada como fator de exposição para TMC, já que pode implicar em menores possibilidades de realização pessoal e profissional (Ludermir & Melo Filho, 2002).

Os valores extremos sobre renda mensal evidenciaram diferenças importantes. Enquanto 15,6% dos não negros ganhavam até meio salário mínimo (SM), 22,5% dos negros recebiam uma quantia similar ao fim do mês. Já dentre aqueles que recebiam acima de 2 SM estavam 13,4% dos não negros e 19,3% dos negros. Essa conclusão destaca uma desigualdade que corrobora com estudos previamente realizados ao concluírem que os negros recebem os menores salários (Valenzuela, 1999; Lopes, 2004; Reis *et al*, 200;).

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

Proporcionalmente entre os não negros havia um percentual maior de indivíduos que trabalhavam no regime de mais de 40 horas semanais (47,3%), em relação aos negros (44,6%). A contribuição ao INSS foi realidade para apenas 32,4% dos negros; 5,3% a menos que a dos não negros. Já sobre as férias, 36,6% dos negros e 29,9% dos não negros referiram não tê-las, e 53,8% e 47,4% respectivamente, não receberam o adicional das férias. A folga, por sua vez, foi concedida a 70,4% dos não negros e 64,2% dos negros.

Esses fatores significam estressores em potencial, já que a seguridade social fica prejudicada, assim como a garantia de cumprimento de direitos trabalhistas, corroborando com Souza (2005). Esse autor encontrou associação positiva entre as condições desiguais vivenciadas por negros em seus ambientes de trabalho e danos psíquicos progressivos, decorrentes de alterações repetidas no estado emocional.

Tendo como local de trabalho a empresa privada, relataram 30,8% dos negros e 32,4% dos não negros. Trabalhando em jornada dupla (na própria casa e na de outra pessoa) estiveram os menores percentuais entre negros e não negros (respectivamente, 0,2% e 0,4%).

O setor de trabalho que mais absorveu os entrevistados foi o de comércio (31,8% dos não negros e 30,3% dos negros). O setor que teve menor contingente de negros foi o de transporte (2,8%); já entre os não negros, o menor percentual foi encontrado na construção civil (2,1% destes).

Esses resultados ratificam as considerações de Valenzuela (1999), que discute a tendência social construída, de permanência dos negros em setores de trabalho de menor mobilidade, representando, assim, uma segmentação ocupacional caracterizada por recompensas e condições trabalhistas reduzidas. O trabalho doméstico, por exemplo, é considerado o limite da precariedade, e o setor terciário tem como maiores características a alta exigência de produtividade e o controle da supervisão/ chefia sendo mais um fator de exposição para TMC.

Sob uso do MDC, investigaram-se os aspectos psicossociais do trabalho, sendo possível observar baixo controle entre 52,3% dos não negros frente a 49,9% dos negros, e uma alta demanda entre 44,8% dos não negros e 48,6% dos negros. Quanto à saúde mental dos trabalhadores, verificou-se que dentre estes, 25,4% foram suspeitos de portar TMC, variando de 26,8% entre negros a 19,8% entre não negros ($p=0,02$).

Ao associar prevalência de TMC e os aspectos psicossociais do trabalho segundo grupos de raça/ cor da pele (Tabela 1) notaram-se altas prevalências de TMC na categoria “Alta Exigência” em ambos os grupos (34,5% dentre os não negros e 40% entre os negros). A categoria “Baixa Exigência” apresentou os menores percentuais (9,2% dentre os não negros e 15,8% entre os negros).

As categorias trabalho passivo, ativo e alta exigência entre os negros obtiveram percentuais estatisticamente significantes (respectivamente, $p=0,007$; $p=0,005$; $p=0,000$). As diferenças na prevalência de TMC entre os grupos de estresse para não negros alcançou níveis de significância apenas para a comparação de alta exigência com baixa exigência.

Tabela 1 Prevalência de TMC segundo raça/ cor da pele, e níveis de demanda e de controle no trabalho, Feira de Santana, Bahia, 2007.

Raça/ cor da pele	Variáveis	N	TMC	Prevalência %	RP	IC 95%
Não Negros	Baixa Exigência	65	6	9,20	-	-
	Trabalho Passivo	62	12	19,35	2,1	0,84 - 5,24
	Trabalho Ativo	43	7	16,27	1,76	0,64 - 4,89
Negros	Alta Exigência	58	20	34,48	3,74	1,61 - 8,66
	Baixa Exigência	254	40		-	-

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

			15,75		
Trabalho Passivo	239	61	25,52	1,62	1,13 - 2,32
Trabalho Ativo	232	60	25,86	1,64	1,15 - 2,35
Alta Exigência	245	98	40,00	2,54	1,84 - 3,51

O presente estudo produziu resultados coerentes com a literatura: as maiores prevalências de TMC estiveram, entre negros e não negros, em alta exigência no trabalho como observado em outros estudos (Araújo *et al*, 2003; Reis *et al*, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que as questões referentes à saúde mental do trabalhador dizem respeito a uma rede de fatores e desafios de diversas ordens, que passam por escolaridade, políticas de emprego, e outros. Dessa maneira, fica claro que as responsabilidades são divididas entre comunidade, governo e empresas.

Essa investigação permitiu evidenciar através de dados epidemiológicos, a existência de diferenças na saúde mental de trabalhadores quando analisadas sob o enfoque de raça. Assim, vislumbra-se a necessidade de serem adotadas medidas de prevenção e promoção da saúde mental com atenção às demandas específicas dos trabalhadores, e que sejam ainda consideradas as questões raciais no planejamento e avaliação dos ambientes laborais.

Por fim, salienta-se que esse estudo é um disparador para outros, que ao uso de testes estatísticos identifiquem associações entre as condições sociodemográficas e de trabalho encontradas entre negros, em relação aos não negros.

REFERÊNCIAS

- DELGADO, M.E.C. 2004. Condiciones Laborales Psicosociales Decentes: Cómo Pasar de lo Valórico a lo Operacional. *Ciencia & Trabajo*. Año 6, 14, oct/dic.
- GOLDBERG, D; HUXLEY, P. 1992. *Common Mental Disorders: a Bio-Social Model*. London: Tavistock Publications/ New York: Routledge.
- GONÇALVES, E.L. 1988. *A empresa e a saúde do trabalhador*. São Paulo: Pioneira, EDUSP.
- LANCMAN, S.; LAERTE, I.S. 2008. *Christophe Dejours: Da Psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Tradução de Franck Soudant. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15.
- LOPES, F. 2003. Raça, saúde e vulnerabilidade. In: *BIS-Boletim do Instituto de Saúde*. n. 31, São Paulo, dez.
- LUDERMIR, A.B. 2005. Associação dos transtornos mentais comuns com a informalidade das relações de trabalho. *J. Bras. Psiquiatr*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 198-204.
- LUDERMIR, A.B.; MELO FILHO, D. 2002. Condições de vida e estrutura ocupacional associadas a transtornos mentais comuns. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 2.
- MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S.M.F. 1997. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 21-32.
- LOPES, F. 2004. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: *Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade*, Brasília: Convênio FUNASA/ MS e UNESCO, dez.
- VOLOCHKO, A. 2005. *Mortalidade evitável na região sul do Brasil, 2000: desigualdades raciais e sexuais*. Apresentada a São Paulo (Estado). Secretaria da Saúde. Coordenadoria de Controle de Doenças. Programa de pós-graduação em Ciências para obtenção do grau de Mestre. São Paulo.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

- REIS, E.J.F.B. *et al.* 2005. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, oct.
- VALENZUELA, M.E. 1999. Igualdade de oportunidades e discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho no Brasil. In: *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed. 34.
- ARAÚJO, T.M. *et al.* 2003. Estresse ocupacional e saúde: contribuição do Modelo Demanda Controle. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 8, n. 4, p. 991-1003.